



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOAQUIM BROCHADO/ PRONTO ATENDIMENTO DOMINGOS DANTAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos e assistenciais de enfermagem para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal, para atender as demandas do município de Unaí-Mg, conforme descrito neste termo de referência.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este termo de referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos e assistenciais de enfermagem para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal, para atender as demandas do município de Unaí-Mg, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor médio Unitário Por Km	Valor Médio Mensal considerando 9.000 Km por mês	Valor Médio Anual considerando 9.000 Km por mês
01	Serviço médico para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal no âmbito municipal para outras localidades, considerando o traslado de ida e retorno. Sendo estimado 9.000 Km por mês.	km	12 meses	R\$ 2,925	R\$ 26.325,00	R\$ 315.900,00
02	Serviço assistencial de enfermagem para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal no âmbito municipal para outras localidades, considerando o traslado de ida e retorno. Sendo estimado 9.000 Km por mês.	km	12 meses	R\$ 1,66	R\$ 14.940,00	R\$ 179.280,00
Valor médio anual						R\$ 495.180,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A Administração não possui PCA para o exercício do ano de 2024.

2.3. A contratação se justifica devido à necessidade do município de Unaí-MG, na prestação de serviços médicos e assistências de enfermagem para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal no âmbito municipal para outras localidades.

2.4. Tal serviço se faz necessário devido à grande demanda de pacientes que necessitam ser encaminhados para hospitais de referência por causa da gravidade do quadro de saúde e impossibilidade de serem tratados no município, colaborando assim para maior segurança no atendimento e consequentemente melhor recuperação do paciente, além disso, com menores riscos do agravamento do seu estado clínico.

2.5. Destacamos ainda que, conforme todo o procedimento aquisitivo, foi realizado cotações de mercado junto a empresas do segmento.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Foi constatado que a melhor solução para atender as necessidades dos pacientes que precisam ser encaminhados para hospitais de referência por causa da gravidade do quadro de saúde e a impossibilidade de serem tratados no município de Unaí/MG, é que seja realizada a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos e assistenciais de enfermagem para remoção terrestre, sendo o procedimento mais viável para Administração Pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A natureza dos serviços é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos e assistenciais de enfermagem para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal, para atender as demandas do município de Unaí-MG, buscando uma maior resolubilidade e otimização de processos. Sendo que a remoção de pacientes é o ato de promover traslado de enfermos, em caso de emergência médica.

4.2. O Município de Unaí-Mg e outros municípios do Brasil, assim como os municípios situados no interior do Estado sofrem com a escassez de médicos especialistas, sendo necessário fazer a remoção dos pacientes para realizar uma consulta médica especializada e demais pacientes encaminhados para hospitais de referência por causa da gravidade do seu quadro clínico.

4.3. Para garantir o direito constitucional da saúde, o Município de Unaí/MG percebe a importância fundamental da contratação de serviço especializado para realizar as remoções terrestre dos pacientes.

Da vistoria e relatório técnico:

4.4. A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução dos serviços é facultada ao licitante e, quando realizada, deverá ser por responsável técnico e/ou preposto indicado expressamente pela empresa, devendo realizar o preenchimento de declaração de conhecimento do local e condições, conforme modelo a ser definido no edital.

4.5. Para a realização da visita técnica, deverá o licitante contatar previamente para agendamento Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado, telefone (38) 3677-5070/5072 ou presencialmente na sede (Rua Virgílio Justiniano Riberio, n° 1.585 – Barroca, Unaí/MG), sendo a visita possível de realização no limite de até 24 horas antes da sessão de entrega e abertura dos envelopes.

4.6. A visita técnica não será obrigatória, sendo dispensada também a apresentação de declaração de comparecimento ou conhecimento dos locais. Para todos os efeitos, considerar-se-á que o licitante tem pleno conhecimento do local e de todas as informações para execução do objeto, não podendo alegar posteriormente a sua insuficiência, nem pleitear modificações nos preços, prazos e condições ou requerer o reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência da falta de informações sobre os serviços.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, o prazo para execução será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período. Sendo o início das remoções imediatamente após a assinatura do contrato.

5.2. A remoção será feita em veículo (ambulância) própria do município de Unaí-MG, sempre para hospitais de referência com pactuação com o Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/Pronto Atendimento Domingos Dantas.

5.3. A remoção interhospitalar poderá ser realizada de acordo com a necessidade de cada paciente, ou seja, com a equipe médica e enfermagem ou apenas com a equipe assistencial de enfermagem. Devendo a empresa CONTRATADA estar disponível para atender as solicitações do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado e do Pronto Atendimento Municipal Domingos Dantas, durante as vinte quatro (24) horas do dia, sendo todos os dias da semana, inclusive aos feriados.

Local da prestação dos serviços

5.4. Os serviços serão prestados atendendo as solicitações do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado situado na rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1585 e do Pronto Atendimento Domingos Dantas na avenida Castelo Branco nº 136, ambos no bairro Barroca em Unaí/MG.

Especificação da garantia do serviço

5.5. A empresa contratada se compromete a executar os serviços a serem prestados de forma digna, célere, humana e com observância aos artigos do Código de Ética Médica, do código de Defesa do Consumidor e às boas práticas de conduta técnico-profissional.

5.6. A empresa observará os princípios constitucionais, os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e as determinações constantes na legislação federal, estadual, normas e portarias referentes à atenção à saúde.

5.7. Durante a prestação de seus serviços, a empresa contratada deverá executar as atividades relacionadas às linhas de serviços apresentadas neste Termo de Referência.

Observação: Para execução dos serviços discriminados no termo de referência, foram consideradas a demanda atual do serviço, a legislação vigente e regras para as boas práticas médicas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada pela gestora do contrato a senhora Sibelle Lourenço de Brito matrícula nº 117990 e fiscalizada pela fiscal administrativa do contrato a senhora Cristiane Santana Gonçalves matrícula nº 118243 e pelo fiscal técnico do contrato o senhor Warner Matheus Da Silva matrícula nº 139241.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais administrativo e técnico do contrato.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Das obrigações da Contratada

6.21. Executar os serviços em conformidade com o contrato resultante deste Termo de Referência, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital e seus Anexos, independentemente de transcrição ou anexação.

6.22. A CONTRATADA deverá possuir comprovação de experiência no mínimo de 06 (seis) meses em prestação de serviços de remoção terrestre de pacientes.

6.23. Notificar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

6.24. Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados.

6.25. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços de modo a evitar qualquer prejuízo à execução do objeto deste termo, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento;

6.26. Assumir quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços, ou causados por seus representantes ou prepostos;

6.27. Assumir total responsabilidade, inclusive por seus sócios e colaboradores, em manter absoluto e irrestrito sigilo sobre o conteúdo das informações que digam respeito à CONTRATANTE, que vier a ter conhecimento por força da prestação dos serviços ora contratados, vindo a responder, portanto, por todo e qualquer dano que o descumprimento da obrigação aqui assumida venha a ocasionar ao CONTRATANTE.

6.28. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos e/ou elaborados pela CONTRATADA na execução dos serviços contratados, serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA utilizá-los para qualquer fim, ou divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.

6.29. A CONTRATADA deverá assegurar que o seu quadro de profissionais:

- mantenha sigilo quanto às informações confidenciais de que tiver



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

conhecimento no desempenho de suas funções;

- guarde absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente e jamais utilizar seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade;
- preste os serviços com autonomia técnica, zelando pelo perfeito desempenho ético da sua respectiva função.
- ofereça aos pacientes todos os recursos necessários ao atendimento dos mesmos em benefício dos quais deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;
- atenda os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- não utilize nem permita que terceiros utilizem os pacientes para fins de experimentação;
- zelar pela guarda e conservação dos bens móveis, utensílios e equipamentos, de propriedade da CONTRATANTE, disponibilizados para a prestação de serviços.
- esclareça ao paciente ou ao seu representante, se necessário por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de realizar ou não qualquer ato profissional.
- colabore com a Direção Técnica da Unidade Hospitalar nos processos de Habilitação/credenciamento de serviços junto ao Ministério da Saúde, elaborando e atualizando as rotinas e normas exigidas.

6.30. Zelar para que sejam cumpridas as normas internas da CONTRATANTE, assim como pela prestação dos serviços relativos à segurança e à prevenção de acidentes e outras normas afetas diretamente à execução dos serviços.

6.31. Os serviços médicos e assistenciais de enfermagem para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.32. Fornecer, mensalmente, à Direção Técnica e Administrativa do Hospital Municipal, a escala de serviço do mês subsequente, impreterivelmente até o dia 20 do mês anterior, declinando os nomes dos profissionais que prestarão os serviços de remoção, sendo que qualquer substituição de profissionais deverá ser providenciada e informada com igual antecedência.

6.33. O atendimento de chamadas para as remoções, será de forma imediata, em um prazo máximo de 01 hora a contar do registro da chamada telefônica, através de envio do e-mail ou mensagem via WhatsApp pela CONTRATANTE à contratada ou ao responsável técnico indicado pela empresa. Sendo que a empresa deverá apresentar a equipe para a execução dos serviços de remoção conforme estabelecido o **prazo máximo de 01 hora**.

6.34. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, utilizando para a realização dos serviços, profissionais devidamente habilitados, reservando-se a CONTRATANTE o direito de exigir a substituição daqueles que comprovadamente não estejam cumprindo as exigências constantes do Edital.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.35. Fornecer colaboradores, com comprovação em registro, devidamente uniformizados e com crachás de identificação.

6.36. Arcar com todos os custos com alimentação e hospedagem dos seus profissionais, uma vez que, os recursos financeiros são destinados, tão somente para execução dos serviços de remoção constantes neste termo de referência.

6.37. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do contrato.

6.38. A empresa deverá responsabilizar-se pela reposição ou substituição imediata dos colaboradores escalados que diante de alguma eventualidade ou por motivo de faltas, atestados/licença médica e férias, não consiga se apresentar para o serviço. Munir de esforços e providências imediatas a fim de não gerar desassistência nos serviços de remoção, sem gerar nenhum custo a CONTRATANTE.

6.39. A empresa vencedora será responsável por todas as obrigações trabalhistas, sociais de proteção aos seus profissionais, bem como as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, alimentação, estadias, salários, encargos sociais, civis, previdenciários, adicional noturno FGTS, INSALUBRIDADE, comerciais e outros que se fizerem necessários, isentando integralmente o município de Unaí-MG. Deverá fazer constar na nota fiscal a natureza do serviço, valor unitário e valor total, cumprindo todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento.

6.40. Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

6.41. Fornecer à CONTRATANTE, junto com os demais documentos comprobatórios para pagamento, a escala mensal executada dos colaboradores que estão prestando os serviços na unidade, por especialidades, turnos e horários, a fim de que estas informações possam fazer prova do serviço efetivamente prestado, além de relatório em papel timbrado da empresa, descrevendo os nomes dos pacientes, a data que foi realizada a remoção, os nomes dos profissionais médicos, os nomes dos profissionais de enfermagem, o local de origem, o local de destino, o horário de saída, horário de chegada, a quantidade de quilômetros (km) percorridos e os respectivos valores correspondentes.

6.42. A CONTRATADA deverá manter uma base de apoio na cidade, com preposto credenciado a responder pela contratada, perante ao Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/Pronto Atendimento Domingos Dantas e Secretaria Municipal de Saúde- SESAU.

6.43. Designar preposto encarregado (coordenador) do relacionamento com a CONTRATANTE para o gerenciamento do contrato.

6.44. Os colaboradores da empresa CONTRATADA serão diretamente subordinados a equipe de coordenação e a diretoria do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado/ Pronto Atendimento Domingos Dantas.

Das obrigações da Contratante

6.45. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas na prestação de serviços, supervisionando, monitorando e fiscalizando o cumprimento das obrigações fixadas para a CONTRATADA, e para os seus profissionais, registrando as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, comunicando, FORMALMENTE, à CONTRATADA quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

6.46. Permitir o acesso dos representantes ou profissionais da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados, proporcionando todas as facilidades para



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

que a empresa contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços contratados.

6.47. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA;

6.48. Designar servidor para acompanhamento e fiscalização do contrato. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato;

6.49. Capacitar e orientar os colaboradores da CONTRATADA sobre as normas de saúde e segurança do trabalho e normas de controle de infecção hospitalar.

6.50. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

6.51. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço, advertindo-a por escrito em caso de descumprimento de alguma norma deste contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto (Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos e assistenciais de enfermagem para remoção terrestre de pacientes adultos, pediátricos lactentes e neonatal, para atender as demandas do município de Unaí-Mg) utilizará para aferição da qualidade da prestação dos serviços os seguintes critérios:

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento da Contratada, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso seja constatado:

7.3. Se a CONTRATADA não prestar os serviços de remoção terrestre acordados;

7.4. Se a CONTRATADA deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas para remoção terrestre dos pacientes;

7.5. Caso a CONTRATADA deixe de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Os serviços serão pagos por (KM) quilômetros rodados, para equipe médica e para a equipe assistencial de enfermagem.

7.3. A prestação de serviços de remoção terrestre será realizada, através da solicitação médica, via prontuário médico especificando quais as equipes participarão da remoção.

7.4. A solicitação para a prestação de serviços de remoção será feita de via chamada telefônica, através de envio de e-mail ou mensagem via WhatsApp pela CONTRATANTE à contratada ou ao responsável técnico indicado pela empresa. Sendo que a empresa deverá apresentar a equipe para a execução dos serviços de remoção com o **prazo máximo de 01 hora**.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de cinco (05) dias subsequente ao final do mês da execução, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

paga.

7.7. Os fiscais técnico e administrativo do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de trinta (30) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.14. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.15. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.21. No preço ajustado no presente contrato incluem-se todas as despesas verificadas tais como obrigações tributárias, trabalhistas, insumos, manutenção, infortunisticas, previdenciárias e fiscais.

Da liquidação

7.22. A liquidação das despesas será realizada pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Unai/MG.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Do prazo de pagamento e da forma de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados após a emissão da nota fiscal.

7.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor/prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Habilitação jurídica;
- Habilitação fiscal, social e trabalhista;
- Qualificação Econômico-Financeira.
- Qualificação Técnica.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Unaí.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 02.06.06.10.302.2064.2433.3.3.90.34.00, ficha nº 901 e fonte nº 1500.

11. DAS SANÇÕES

11.1. O Contrato terá vigência de 12 meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, segundo interesse da Administração.

11.2. Para as sanções administrativas serão levadas em consideração a legislação que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.



PREFEITURA DE UNAÍ

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.3. Os contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses terão seus valores, anualmente ajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

11.4. A fiscalização do contrato será exercida pelos fiscais indicados pelo Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado.

11.5. A empresa vencedora é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, bem como o acesso as fontes de informação que forem julgadas necessárias.

11.6. A contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento do serviço se ele estiver em desacordo com as especificações e condições constantes deste termo de referência.

11.7. A contratante poderá rescindir o contrato unilateralmente, ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no art.137, incisos I, IV, IX da Lei Federal nº 14.133/2021. Sobe pena de incidir as sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

11.8. Caso o serviço efetuado seja rejeitado pela fiscalização, o mesmo deverá ser substituído imediatamente, sem ônus para o Município, reiterando a justificativa de que a demora na substituição prejudicará o andamento das atividades do departamento solicitante.

11.9. A inobservância pela vencedora ao prazo e/ou às condições descritas neste termo de Referência implicará na aplicação das sanções administrativas estabelecidas.


SIBELLE LOURENÇO DE BRITO
DIRETORA ADMINISTRATIVA/ HMU

